

POPULAÇÃO & PROSPECTIVA

WORKING PAPER

Nº 3

2010

PORTUGAL E ESPANHA. MUDANÇA SOCIAL E PRODUÇÃO DE BEM ESTAR

Teresa Ferreira Rodrigues

CEPESE – UP / IPRI - UNL

trodriques@fcsb.unl.pt

Maria João Guardado Moreira

CEPESE - UP/ ESE-IPCB

mjgmoreira@ipcb.pt

Palavras-Chave: População, Mudança Social, Qualidade de Vida, Península Ibérica

Neste WP discutiremos os desafios gerados pela mudança social e demográfica ocorrida nas últimas décadas na Península Ibérica. Fazemo-lo numa perspectiva de comparabilidade entre os dois Estados peninsulares, destacando os sectores onde parece mais urgente a concretização de políticas sociais ajustadas às transformações das sociedades ibéricas, em parte consequência do processo de mudança demográfico. Para responder às hipóteses que a emergência de novas realidades nos colocam, designadamente em termos de decisão política concertada, dividimos este WP em cinco partes: (1) breve enquadramento conceptual; (2) avaliação das mudanças de comportamento colectivo das populações ibéricas (3) distribuição territorial dos indicadores de qualidade de vida e bem-estar; (4) enquadramento institucional e formas de protecção social; (5) estudo de caso, que aprofunda alguns aspectos anteriores no caso português.

Keywords: Population, Social Change, Quality of Life, Iberian Peninsula

In this WP we will discuss the challenges generated for social and demographic changes occurred in the last few decades in the Iberian Peninsula. We make it in a perspective of comparabilidade between the two peninsular States, detaching the sectors where the concretion of social politics adjusted seems more urgent to the transformations of the Iberian societies, in part consequência of the demographic process of change. To answer to the hypotheses that the emergency of new realities in place them, in decision terms politics appointedly adjusted, we divide this WP in five parts: (1) brief conceptual framing; (2) evaluation of the changes of collective behaviour of the Iberian populations (3) territorial distribution of the pointers of quality of life and well-being; (4) institutional framing and forms of social protection; (5) case study, that deepens some previous aspects in the Portuguese case.

O objectivo deste *Working Paper* consiste em apontar alguns dos assinaláveis fenómenos de mudança social e de índole demográfica observados em ambos os Estados Ibéricos nas últimas décadas. As recentes alterações verificadas em Portugal e Espanha não esbateram as assimetrias regionais, no que respeita a níveis médios de qualidade de vida e respectivo acesso a

determinado tipo de equipamentos e serviços, o que acentua as incertezas de futuro. Procuramos discutir este tema numa perspectiva comparada, destacando os sectores onde nos parece mais urgente a concretização de políticas públicas ajustadas às transformações das sociedades ibéricas, designadamente em termos demográficos¹. Nesse sentido, dividimos a nossa apresentação em cinco partes, terminando com um estudo de caso, que aprofunda alguns aspectos da realidade portuguesa e que resulta de investigação própria nesta área².

Definições conceptuais

A questão da mudança social e da produção de bem-estar implica a utilização de todo um conjunto de conceitos que importa definir, porque envolvem noções complexas e com um elevado grau de subjectividade, uma vez que se relacionam com percepções. Inevitavelmente estas percepções alteram-se e ajustam-se relativamente ao que em cada momento e para cada grupo significa bem-estar social ou vida com qualidade. Em certos casos pode ser tentada uma avaliação de qualidade com base em indicadores quantificáveis, como os níveis de rendimento ou indicadores de desenvolvimento humano. A questão da medida da qualidade de vida e bem-estar surge ainda associada à perspectiva de contínuo temporal, remetendo, por hipótese, para a conquista ou perda de determinado tipo de bens e/ou capacidade de consumo. Mas a percepção que do que representa num preciso momento o bem-estar em termos individuais ou colectivos vai também variando de forma, numa componente que também pode ser imaterial. Os conceitos de que falamos remetem ainda para as condições do ambiente físico. A qualidade ambiental, condições climatéricas favoráveis, acesso a água potável e saneamento, são exemplos possíveis de factores com influência em matéria de qualidade de vida. O mesmo sucede com as condições de habitabilidade, a

1 O presente texto foi inspirado numa Conferência proferida pelas autoras a 29 de Maio de 2008 intitulada "Portugal e Espanha. Mudança Social e Produção de Bem-estar", no âmbito da *Conferência Internacional Demografia e Políticas Sociais*, ISCS-UTL / APD, Lisboa. Aguarda-se a publicação das Actas.

² Realizada entre 2005 e 2009 por uma equipa de que as autoras fizeram parte e financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (POCI/DEM/58366/2004), cujas conclusões se encontram publicadas (RODRIGUES et al, 2009).

facilidade de acesso a cuidados de saúde, o conceito de (in)segurança, o direito ao lazer ou outras formas de garantir as desejadas condições físicas e psíquicas, a nível individual e relacional.

Sinais de mudança...

Acentuadas na recta final do século XX, as alterações da dinâmica demográfica a que Portugal e Espanha têm assistido nas últimas décadas têm impactos de importância incontornável e remetem-nos para o processo de mudança mais amplo. A adaptação às novas realidades também reflecte o grau de bem-estar das populações em diferentes momentos, o que prova o quanto uma leitura em termos de políticas públicas é insuficiente, se não tiver em conta as especificidades regionais.

A este propósito seleccionamos três campos onde podemos visualizar em ambos os países a interdependência entre demografia, qualidade de vida, políticas de desenvolvimento local e produção de equipamentos: 1) as assimetrias na distribuição populacional no território e as mudanças a que a mesma foi sendo sujeita; 2) a influência dos volumes e direcções dos fluxos migratórios; 3) a importância da alteração das estruturas etárias.

Complementarmente falaremos das formas de protecção social, dada a sua relevância para a validação da nossa hipótese central. Em Portugal como em Espanha a família continua a ser vista como o principal promotor de bem-estar, algo que não constitui uma especificidade ibérica, mas se aplica a outros países do sul da Europa e destaca o papel do Estado na produção de bem-estar social³.

Em ambos os países as recentes mudanças demográficas espelham significativas mudanças sociais e de comportamento. Portugal e Espanha acompanham a alteração dos padrões demográficos europeus⁴. Exemplos desse processo são visíveis, designadamente, em termos da distribuição da população e respectivas áreas de desenvolvimento regional. Os fenómenos da litoralização generalizados na Península Ibérica só têm a sua excepção em Madrid. A intensificação dos fenómenos de desertificação humana no interior e

³ PAQUY: 2004

⁴ EUROSTAT, 2009

das diferenciações entre dinâmicas urbanas e rurais são paradigmáticas dos modos de distribuição territorial das gentes ibéricas⁵.

TABELA 1. O ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO

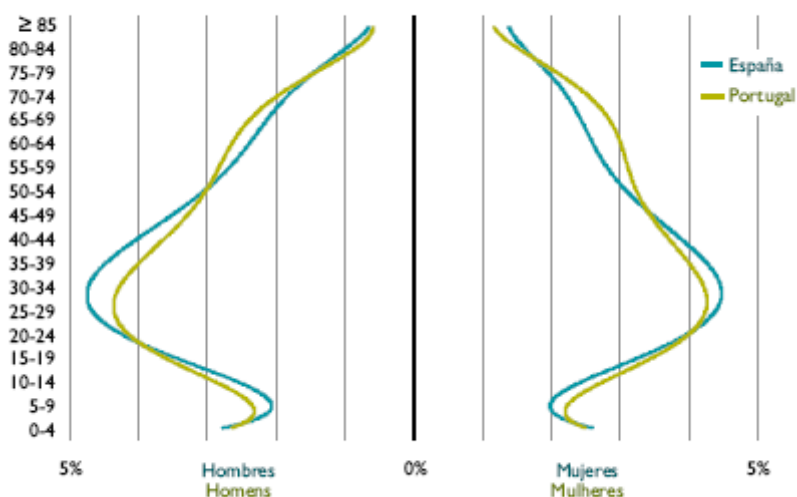
2008	%		2008	%
UE 27	17,0		HU	16,2
IE	10,9		FR	16,3
SK	12,0		SI	16,3
CY	12,5		FI	16,5
MT	13,5		ES	16,6
PL	13,5		BE	17,1
LU	14,0		AT	17,1
CZ	14,6		EE	17,2
NL	14,7		LV	17,2
RO	14,9		BG	17,3
DK	15,6		SE	17,5
PT	15,7		GR	18,6
LT	15,8		DE	19,9
UK	16,1		IT	20,0

FONTE: *A Península Ibérica em Números 2009*, INE, 2010

No início do século XXI ciclos de vida longos e estáveis prevalecem em ambos os países, com um gradual esbater das diferenças entre regiões. (**TABELA 1**) A questão do envelhecimento das estruturas etárias tem várias consequências imediatas, provocando a alteração dos volumes de activos, a necessidade de criação de serviços de apoio à terceira idade, a reformulação do sistema de pensões e o repensar dos cuidados de saúde, agora direccionados para novos tipos de população (**FIGURA 1**). Tem também efeitos nos modelos de fecundidade, reafirmando a urgência de medidas adequadas de apoio à família, num contexto de aumento da participação da mulher no mercado de trabalho. Este facto é especialmente notório no caso português, onde a taxa de emprego em 2007 ascende a 61,9%, contra os 54,7% verificados em Espanha e os 58,3% da média da União Europeia-27.

**FIGURA 1. DESAFIOS DE UMA SOCIEDADE DESENVOLVIDA.
ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO (2008)**

⁵ No caso português veja-se: CARRILHO, 2008 e INE, 2005.



FONTE: *A Península Ibérica em Números 2009*, INE, 2010

TABELA 2. POPULAÇÃO E SUPERFÍCIE. COEFICIENTE DE GINI

	1750	1800	1850	1900	1950	1980	2000
Inglaterra					,527	,485	
						,419	,403
Francia		,192	,243	,316	,393	,454	,463
Suecia	,272	,329	,426	,410	,453	,491	,502
Suiza			,292	,337	,367	,392	,384
Bélgica		,216	,303	,325	,350	,360	,359
Italia			,241	,233	,223	,261	,271
Portugal			,331	,339	,395	,545	,562
Espanha			,266	,289	,358	,508	,522

Inglaterra: 1961, 1981 y 2001; Francia: 1801, 1861, 1901, 1946, 1982 y 1999; Suecia: 1750, 1800, 1860, 1900, 1950, 1980 y 1990; Suiza: fechas exactas; Bélgica: 1816, 1856, 1900, 1947, 1981 y 2003; Italia: 1861, 1901, 1951, 1981 y 2001; Portugal: 1878, 1900, 1950, 1981 y 1991; España: 1860, 1900, 1950, 1981 y 2000.

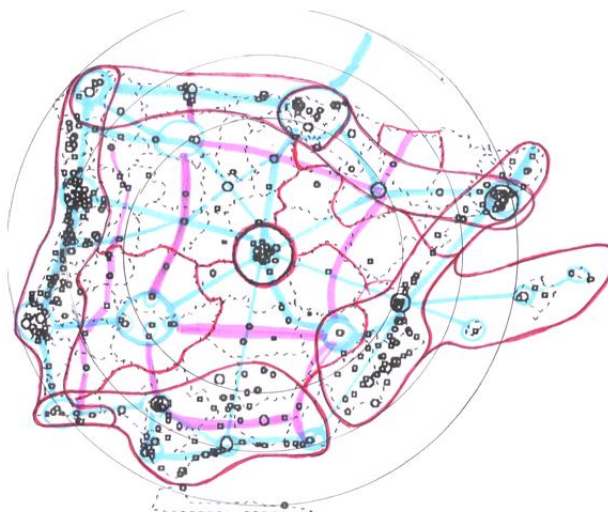
FONTE: COLLANTES, PINILLA, AYUDA, 2003

Coexistindo com diferentes intensidades do processo de envelhecimento demográfico, os últimos trinta anos foram também marcados na Península pelo aumento das desigualdades na distribuição dos residentes, como comprovam os resultados dos Coeficientes de Gini, que sobem na recta final da centúria (TABELA 2).

Um estudo sobre o grau de desenvolvimento económico e demográfico da Península nos anos 90 assinala duas zonas ganhadoras litorais, situadas na faixa atlântica e na faixa mediterrânica, acompanhadas pelo pólo isolado

madrileno. Ambas as áreas litorais ganhadoras abarcam partes de Portugal. A contrastar com esses três pólos dinamizadores surgem outras três grandes perdedoras, que são efectivamente o interior da Península Ibérica, a zona cantábrica e a zona do vale do Ebro⁶ (**FIGURA 2**).

FIGURA 2. ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO IBÉRICO – 1991-2003



FONTE: MACORRA y CANO, 2003

Numa perspectiva temporal mais alargada constata-se que estas áreas de desenvolvimento coincidem e resultam de diferentes estratégias migratórias. Parece existir uma relação estreita entre a capacidade e dinamismo económico das regiões, o ritmo de crescimento demográfico e os movimentos de índole migratória que explicam em termos percentuais grande parte da dinâmica actual das populações ibéricas⁷.

Há mais gente a entrar do que gente a sair do espaço ibérico, embora os saldos migratórios não sejam positivos em todas as regiões. A **FIGURA 3** permite destacar no caso português as zonas que ao longo do século XX apresentam uma mudança homogénea quanto às tendências de distribuição dos efectivos residentes. A informação vai ao encontro dos dados recentes das estimativas de população, sem inversões de tendência⁸. Efectivamente também em Portugal conseguimos encontrar zonas que ganham e zonas que perdem, coincidindo estas últimas com áreas de interior e as primeiras com

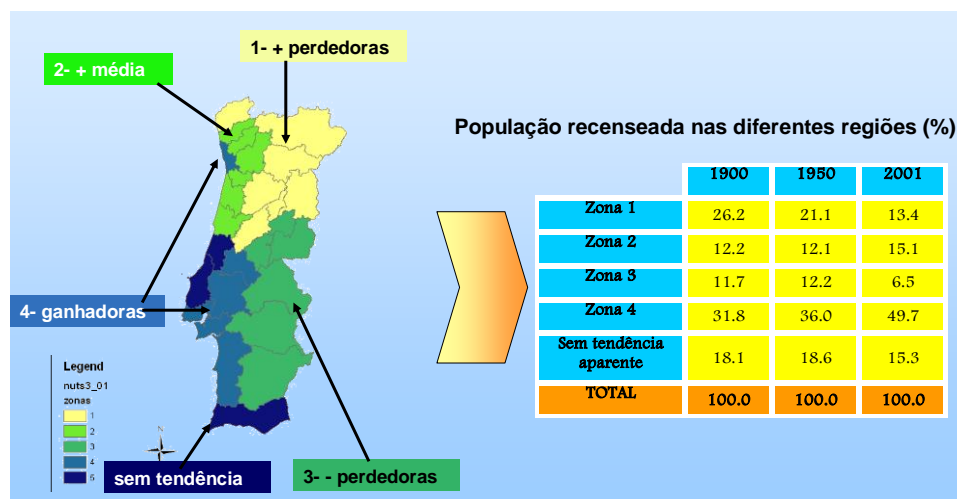
⁶ MACORRA y CANO, 2003

⁷ COMISSÃO EUROPEIA, 2007; EUROSTAT, 2008

⁸ MAGALHÃES, PEIXOTO, 2008

zonas litorais. A nível nacional existe um pólo de grande dinamismo, embora descontínuo em termos geográficos, que tende a concentrar quase metade da população e que corresponde às Áreas Metropolitanas da Grande Lisboa e do Grande Porto.

FIGURA 3. O PORTUGAL DAS REGIÕES: QUATRO DIFERENTES “HISTÓRIAS” REGIONAIS



FONTE: VEIGA, HENRIQUES, 2004

A realidade ibérica enfrenta os desafios acumulados de uma sociedade desenvolvida e também de uma sociedade demograficamente envelhecida. Portugal apresenta uma situação mais grave no que toca ao envelhecimento do topo. Não se observam sinais de recuperação nos indicadores passíveis de alterar o envelhecimento da base da pirâmide etária, dados os níveis de fecundidade muito baixos e a incapacidade de garantir a substituição das gerações. Em qualquer dos países o processo de crescimento demográfico é feito num contexto que inevitavelmente nos remete para uma inversão de tendência num futuro próximo: o número de residentes na Península Ibérica vai regredir, mais cedo em Portugal do que em Espanha e neste contexto os saldos migratórios poderão constituir o factor diferenciador, já que Espanha é mais atractiva no contexto actual⁹.

Ainda no que respeita aos desafios que as sociedades ibéricas enfrentam, e mais uma vez ligados à questão do fenómeno de envelhecimento

⁹ VEIGA, 2007; ESPON, 2008

demográfico, podemos referir dois exemplos aplicados ao caso português. Desde 1999 a população com 65 e mais anos ultrapassa em termos numéricos o universo de jovens com menos de 15 anos¹⁰. Este facto tenderá a acentuar-se num futuro próximo e os cenários prospectivos são unânimes ao considerá-la irreversível. Tal facto terá, obviamente, impactos em termos da população activa e da sua relação com os inactivos e dependentes. Num futuro próximo, muitos dos novos reptos da sociedade portuguesa e espanhola terão no envelhecimento demográfico o seu pano de fundo estruturante, designadamente nos sectores da actividade económica, do mercado de trabalho e do universo de contribuintes. Até 2021 o processo de envelhecimento tenderá a acentuar-se e a esse nível não existe uma diversidade regional evidente em qualquer dos casos, pelo que novas respostas terão de ser encontradas.

O desafio do bem-estar social

Os dois países ibéricos, apesar de longos anos a viverem de costas voltadas, têm uma história muito semelhante nas últimas décadas, tanto no que diz respeito às dinâmicas de evolução das suas populações e à mudança dos comportamentos colectivos, como em termos da sua história política recente. A avaliação do grau de bem-estar colectivo pode ser abordada a partir da análise de indicadores relativos às políticas de apoio à família e, em particular, aos mais idosos. Não é, todavia, nosso objectivo desenvolver a forma como se fez a coordenação entre as diferentes políticas, antes tornar mais inteligível o conceito de bem-estar, por este poder conter, como vimos, diferentes significados e percepções, originando perspectivas de análise diversificadas.

As metamorfoses observadas nos países ibéricos não foram acompanhadas por medidas que adequassem as decisões tomadas em termos de política económica e social às novas realidades, para o que poderá ter contribuído um processo histórico idêntico, marcado por períodos ditatoriais longos e sistemas polarizados e não harmonizados. Com efeito, a organização dos sistemas de protecção social em Portugal e Espanha surge intimamente ligada ao Estado, que continua a desempenhar um papel determinante no

¹⁰ HENRIQUES, 2008

sector. Os dois países partilham algumas características comuns, que os demarcam dos restantes congéneres europeus¹¹. Caso, por exemplo, do papel que a igreja tem assumido na intervenção social, o que pode explicar algum atraso na secularização da sociedade e também das políticas. O papel da Igreja foi historicamente determinante na definição de formas de assistência social e nas concepções de políticas de família, o que, segundo alguns autores, acabou por atrasar o estabelecimento de um Estado Providência nacional¹². Também encontramos em qualquer deles um tardio financiamento público, uma frágil consciência social em relação aos direitos sociais e um reduzido grau de reconhecimento da pobreza e exclusão social como fenómenos estruturais.

Estas características coabitam com uma forte tradição de Estados centralistas, com ditaduras que coexistiram no tempo, secundadas em qualquer deles por uma transição democrática que está na origem da modernização dos comportamentos colectivos. As mudanças ocorridas a nível social e das mentalidades acompanham as tendências europeias, ainda que num tempo mais curto, tal como sucede na esfera dos comportamentos face à fecundidade e mortalidade. Ainda como factor comum sublinhe-se que estes países têm conhecido fortes polarizações territoriais e na recta final do século XX sofreram uma forte pressão imigratória, inédita na sua história.

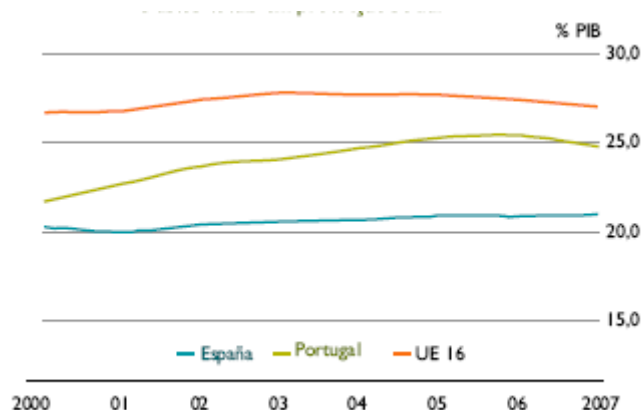
Com a chegada das democracias, as políticas sociais registam profundas alterações, porque foi necessário firmar compromissos políticos que respondessem às expectativas de melhoria do nível de vida e das condições sociais dos seus cidadãos. Era forçoso que as novas democracias se afirmassem e essa afirmação passou também pela percepção de que existiam direitos sociais há muito consignados noutros países e que era preciso promover. Assim, medidas como o aumento das despesas e benefícios sociais ou a subida dos salários acabaram por constituir formas de legitimação dos novos regimes ibéricos. Nas primeiras constituições democráticas é reconhecido um conjunto de direitos sociais, com destaque para o estabelecimento do regime universal de segurança social¹³.

¹¹ PAQUY, 2004

¹² SILVA, 2002

¹³ *Constituição da República Portuguesa, 1976*: “Capítulo II - Direitos e deveres sociais, Artigo 63º - (Segurança social e solidariedade): 1. Todos têm direito à segurança social; 2. Incumbe

FIGURA 4. GASTOS EM PROTECÇÃO SOCIAL (% PIB)



FONTE: *A Península Ibérica em Números 2009*, INE, 2010

Todavia, apesar do esforço efectuado desde os anos 70 no âmbito das políticas de protecção social, continuam a existir desfasamentos em relação à realidade europeia, desde logo evidentes na percentagem de PIB *per capita* adstrita a esse tipo de gastos. Embora ela aumente de forma constante (**FIGURA 4**), a posição ibérica continua a ser modesta, principalmente se a cotejarmos com a Europa dos 15. Este aspecto não é negligenciável, se considerarmos que o apoio social também se inter-relaciona com o bem-estar global das populações (**Tabela 3**).

TABELA 3 - DESPESAS EM PROTECÇÃO SOCIAL (% PIB)

ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, com a participação das associações sindicais, de outras organizações representativas dos trabalhadores e de associações representativas dos demais beneficiários; 3. O sistema de segurança social protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.”;

Constitución Española, 1978: “Artículo 41. Los poderes públicos mantendrán un régimen público de Seguridad Social para todos los ciudadanos, que garantiza la asistencia y prestaciones sociales suficientes ante situaciones de necesidad, especialmente en caso de desempleo. La asistencia y prestaciones complementarias serán libres. “

Gastos totales en protección social
Despesas totais em protecção social

2007	% PIB
UE 27	26,2^p
FR	30,5 ^p
SE	29,7 ^p
BE	29,5
DK	28,9
NL	28,4 ^p
AT	28,0
DE	27,7 ^p
IT	26,7 ^p
FI	25,4
UK	25,3 ^p
PT	24,8
GR	24,4
HU	22,3
SI	21,4 ^p
ES	21,0^p
LU	19,3
IE	18,9
CZ	18,6
CY	18,5 ^p
PL	18,1
MT	18,1
SK	16,0 ^p
BG	15,1
LT	14,3 ^p
RO	12,8
EE	12,5
LV	11,0 ^p

(p) Dato provisional / Dado provisório

FONTE: *A Península Ibérica em Números 2009*, INE, 2010

Quando pretendemos traçar a evolução da organização dos sistemas de protecção social e da produção de bem-estar na Europa do sul também não podemos descurar o papel que ainda hoje é protagonizado por formas tradicionais de solidariedade. Referimo-nos a redes com diferentes graus de formalidade, que envolvem relações complexas e que variam do contexto rural para o urbano, distribuindo-se entre solidariedades comunitárias, redes informais de apoio e sobretudo o suporte familiar.

A ligação da família ao Estado e dos poderes públicos às instituições da sociedade civil distingue o funcionamento dos sistemas de bem-estar europeu¹⁴. Hoje, na Europa do sul a família continua a ser a base da organização social, inclusive no que se relaciona com o cuidado a prestar aos seus elementos mais vulneráveis. Tradicionalmente ela assume um importante papel na organização da ajuda, quer aos seus elementos mais jovens, quer aos

¹⁴ PAQUY, 2004

mais idosos. A actuação do Estado tem em conta esta tradição e contexto, o que acaba por condicionar as políticas adoptadas. Ou seja, os governos dos países do sul deram como adquirida parte ou todo da auto-suficiência dos agregados no relativo a cuidados pessoais e apoio material.

O problema é que a sociedade mudou, a par das estruturas e dinâmicas familiares. A descida do volume de nascimentos reduz a dimensão média dos agregados familiares, enquanto aumenta o número de filhos fora do casamento e surgem famílias com novas configurações. A mulher, que era tradicionalmente a cuidadora dos mais jovens e dos mais idosos, deixa de o ser, porque se altera o seu papel na sociedade peninsular. No entanto, a subida das taxas de actividade feminina não coincide com a alteração dos papéis no seio das famílias, nomeadamente em termos de uma maior colaboração dos cônjuges nas tarefas domésticas, o que também influencia negativamente os níveis de fecundidade. Em simultâneo, o facto da família continuar a ser percebida como o núcleo promotor de bem-estar, faz com que o poder estatal entenda que as dificuldades devem ser superadas através de estratégias privadas. A junção destes dois factores explica a existência de políticas de família pouco desenvolvidas, nomeadamente no que diz respeito aos benefícios de assistência social¹⁵.

A família deixou de ter condições para ser a única promotora de bem-estar, mas a verdade é que as formas de distribuição dos benefícios sociais não têm acompanhado estas alterações. Repare-se que os itens que compreendem o que poderíamos entender como benefícios para as famílias são pouco elevados, em Portugal como em Espanha, mesmo quando comparados com outros países setentrionais (**Tabela 4**). Qualquer deles gasta neste sector percentagens mínimas, sobretudo no referente ao apoio à família e à infância. O grosso do total investido em protecção social vai para os apoios à velhice e à sobrevivência, na óptica dos pagamentos de pensões.

TABELA 4. PROTECÇÃO SOCIAL POR TIPO, NA UE E EUROPA DO SUL

	Velhice / sobrevivência	Doença/ Cuidados de saúde	Incapacidade	Família/ Infância	Desemprego	Habitação / inclusão social
--	-------------------------	---------------------------	--------------	-------------------	------------	-----------------------------

¹⁵ SILVA, 2002

	% TBS	% P IB	% TBS	% P IB	% TBS	% P IB	% TBS	% P IB	% TBS	% P IB	% TBS	% P IB
EU-27	45.9	12.0	28.3	7.4	8.1	2.1	7.8	2.1	6.5	1.7	3.4	0.9
EU-15	45.7	12.2	28.3	7.5	8.0	2.1	7.8	2.1	6.6	1.8	3.5	0.9
Bélgica	44.1	12.3	27.7	7.7	6.8	1.9	7.1	2.0	12.5	3.5	1.8	0.5
Alemanha	43.5	12.4	27.2	7.7	7.7	2.2	10.5	3.0	8.6	2.4	2.5	0.7
França	43.6	12.8	30.0	8.8	5.8	1.7	8.5	2.5	7.8	2.3	4.4	1.3
Luxemburgo	36.5	8.1	25.0	5.5	13.5	3.0	17.4	3.8	4.7	1.0	2.9	0.6
Holanda	41.6	11.1	30.4	8.1	10.9	2.9	4.8	1.3	6.3	1.7	6.0	1.6
Dinamarca	37.2	11.1	20.6	6.1	13.9	4.1	13.0	3.9	9.5	2.8	5.8	1.7
Irlanda	23.3	3.8	42.1	6.9	5.3	0.9	15.5	2.5	8.3	1.3	5.5	0.9
Reino Unido	44.6	11.5	30.4	7.8	9.2	2.4	6.7	1.7	2.6	0.7	6.4	1.7
Áustria	48.2	13.6	25.0	7.1	8.3	2.3	10.7	3.0	6.0	1.7	1.8	0.5
Finlândia	36.9	9.6	25.5	6.6	13.2	3.4	11.5	3.0	9.8	2.5	3.1	0.8
Suécia	40.1	12.7	25.4	8.0	14.8	4.7	9.6	3.0	6.2	2.0	3.9	1.2
Itália	61.3	15.4	25.9	6.5	6.1	1.5	4.4	1.1	2.0	0.5	0.3	0.1
Grécia	50.9	12.8	26.5	6.7	5.0	1.3	6.9	1.7	5.9	1.5	4.7	1.2
Portugal	47.2	11.0	30.4	7.1	10.4	2.4	5.3	1.2	5.7	1.3	1.0	0.2
Espanha	43.7	8.5	30.8	6.0	7.5	1.5	3.5	0.7	12.9	2.5	1.7	0.3

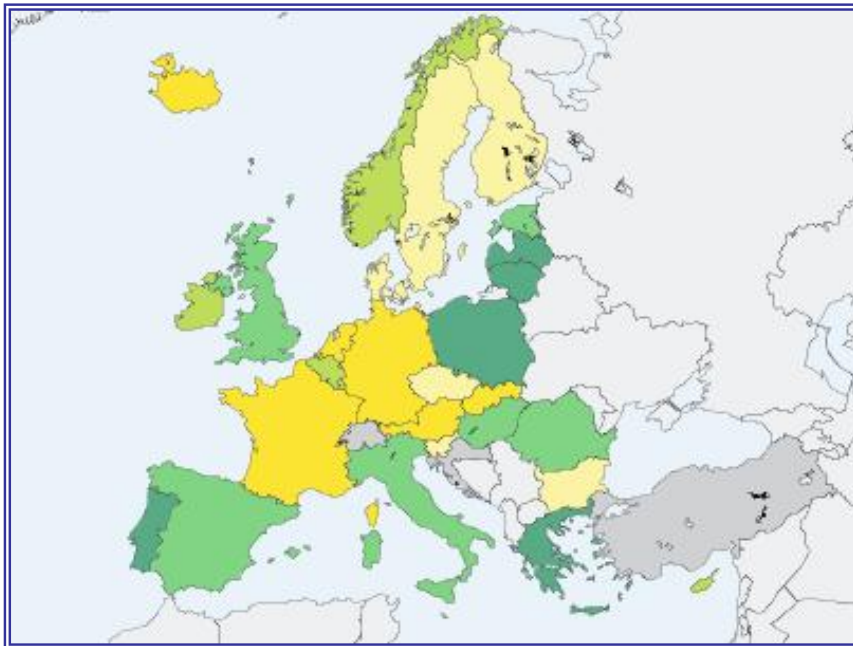
TBS – Total de benefícios sociais

Fonte: *Statistics in focus — Population and social conditions — 2008* (Eurostat)

Assim, a questão que podemos colocar, considerando a actual conjuntura de alteração dos comportamentos em termos demográficos e sociais, bem como as políticas que se foram ou deviam ter sido implementadas, é a seguinte: será que Portugal e Espanha estão na actualidade mais homogéneos no que respeita à distribuição da qualidade de vida e ao bem-estar social dos seus residentes? A resposta a esta interrogação só pode ser encontrada se considerarmos estes conceitos tomados em sentido amplo, mas também implica, para garantir a objectividade possível na análise, o recurso a um nível de desagregação territorial que possibilite uma visão das *regionalidades*. Só uma grelha de análise geograficamente mais pormenorizada permitirá detectar a existência de eventuais quotidianos locais, a que correspondem diferentes processos de transição para a modernidade. Referimo-nos a realidades que ganham expressividade quando analisadas à escala regional e cruzadas com indicadores não demográficos.

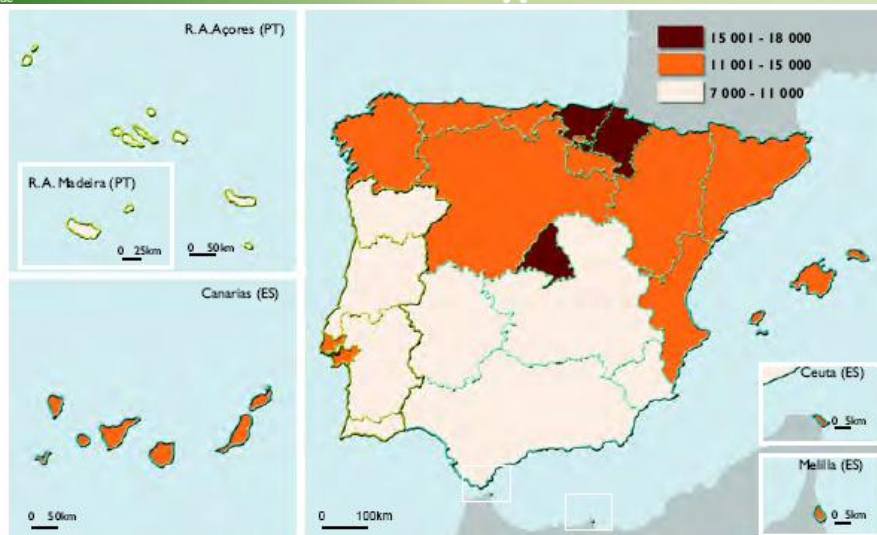
Começemos por uma apreciação mais global, ou seja, por contextualizar a Península Ibérica em termos europeus. A análise da **Figura 5** revela a existência de desigualdades na distribuição de rendimentos, tanto em Portugal como em Espanha. Continua a existir uma grande diferença entre aqueles que auferem rendimentos máximos e mínimos, a que se soma o crescimento real do PIB por habitante. Esta situação pode igualmente ser analisada através dos rendimentos das famílias. A distribuição deste tipo de rendimento mostra a existência em Portugal de realidades internas muito variáveis, mas também peninsular, com valores superiores em Lisboa e Vale do Tejo (**Figura 6**). A existência de desigualdades de rendimento médio pode vir a tornar-se um factor de constrangimento à produção de bem-estar.

FIGURA 5. RATIO 20% POPULAÇÃO COM MAIOR E MENOR RENDIMENTO



Fonte: © EuroGeographics Association for the administrative boundaries

FIGURA 6. UM EXEMPLO DE DIFERENCIALIDADE REGIONAL. RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS NA PENÍNSULA IBÉRICA (2006)



FONTE: *A Península Ibérica em Números 2009*, INE, 2010

Vejamos mais de perto o caso português, onde a sucessão de conjunturas em termos demográficos, sociais e económicos durante o século XX ajuda a explicar a não convergência das regiões. Portugal tem seguido um modelo de organização territorial baseado na dicotomia norte/sul, a que sucede a do litoral/interior¹⁶. Sendo certo que estes modelos coincidem no tempo, o último continua a predominar. Mas como a organização do território não se esgota nestas visões mais tradicionais, têm surgido outras, entre as quais destacamos a de João Ferrão¹⁷, que introduz o conceito de “*território-arquipélago*”. A leitura que propõe baseia-se no reordenamento do espaço urbano em torno das Áreas Metropolitanas e da faixa litoral, onde reside 46% da população, e pela emergência de um conjunto de centros médios no país interior, que continuam a atrair residentes e investimento. De acordo com este autor, o seu afastamento relativamente aos grandes eixos de dinamismo tradicional poderão representar no futuro próximo uma mais-valia, ao torná-los catalisadores de áreas envolventes mais amplas¹⁸.

Assim, Portugal está longe de ser um país regionalmente homogéneo, hoje e nas próximas décadas. Na tentativa de entender a evolução dessa diversidade procurámos saber como o país evoluiu em termos de crescimento

¹⁶ MOREIRA, 2009

¹⁷ FERRÃO, 2002: 151-158.

¹⁸ HENRIQUES, REIS, 2009

entre 1960 e 2001, época de profundas transformações, para numa segunda fase o fazermos sobre o grau de bem-estar demográfico, económico e social.

Com base nas taxas de crescimento anual médio, natural e migratório, recorreremos à técnica analítica multivariada da Análise de *Clusters*, a fim de verificar a eventual existência de grupos homogêneos de concelhos que partilhassem dinâmicas demográficas semelhantes no período considerado. As conclusões mais relevantes a que chegámos, sistematizadas na **Tabela 5**, mostram que apenas 3% dos concelhos portugueses mantiveram nessas décadas algum dinamismo demográfico. Na sua maior parte referimo-nos a locais atractivos em termos migratórios sobretudo nos anos 60 e 70, que actualmente integram as Áreas Metropolitanas de Lisboa e, em menor grau, do Porto.

Um outro grupo, que representa 11% do total, agrega também concelhos da Grande Lisboa e do Grande Porto (neste caso prolongados geograficamente até Aveiro) e Albufeira e Portimão, a sul. Neste último caso foi o desenvolvimento do turismo a partir dos anos 70 e de toda uma estrutura económica a ele associada, que os tornou atractivos. A este grupo pertencem ainda outros concelhos cujo dinamismo é devido aos saldos naturais, apesar do saldo migratório em alguns casos ser baixo.

Finalmente, num terceiro nível, temos o Portugal adormecido, para utilizar a expressão de João Ferrão. Estão nesta categoria 86% dos concelhos que ao longo das cinco últimas décadas têm revelado comportamentos recessivos. As causas são múltiplas, embora na sua maioria apresentem perfis migratórios e naturais negativos. Em certos casos o saldo natural é positivo, mas insuficiente para cobrir os saldos migratórios, uma vez que são zonas de emigração, interna e externa.

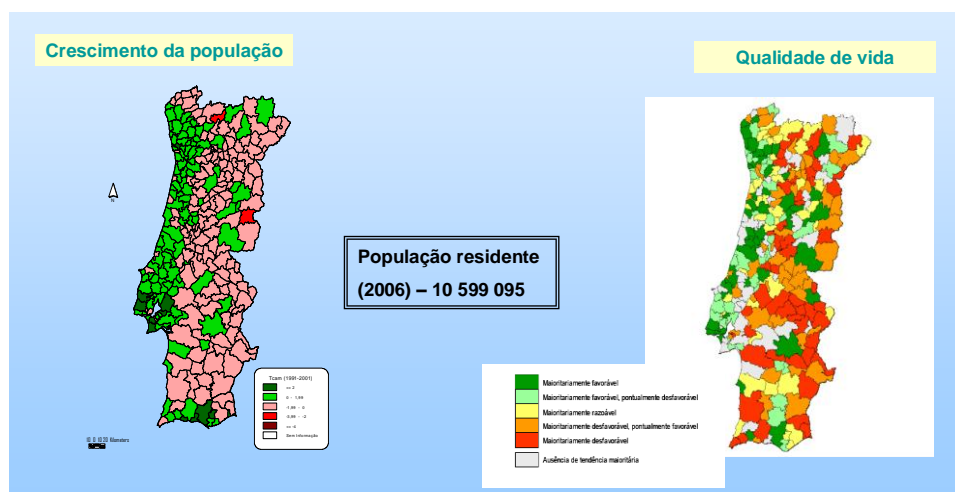
Quando confrontadas as taxas de crescimento anual médio da população portuguesa com os resultados do estudo de João Ferrão prova-se existir uma coincidência na década de 90 do século XX entre dinâmicas e distribuição demográfica e indicadores de qualidade de vida (**Figura 7**).

TABELA 5. CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS DE CONCELHOS ENTRE 1960 E 2001

Grupo	%	Características (1960-2001)
1 e 2	+ 3%	<p>Maior dinamismo natural e migratório. Locais de destino interno preferencial;</p> <p>Localizados maioritariamente junto de Lisboa. Inclui ainda Valongo;</p> <p>Mantêm comportamento constante até 2001. Exceções: Barreiro e Loures</p>
3	+/- 11%	<p>Inclui concelhos da Grande Lisboa, em torno do Porto até Aveiro e concelhos algarvios de Albufeira e Portimão;</p> <p>Regista os níveis médios mais elevados de crescimento natural entre 1960 e 1981, resultado de comportamentos favoráveis de fecundidade tardios em contexto nacional;</p> <p>Crescimento natural explica o dinamismo, já que o crescimento migratório é baixo.</p>
4 e 5	- 86%	<p>Revelam comportamentos recessivos, sobretudo o Grupo 5;</p> <p>Grupo 4 - menos recessivo, embora também tenha um perfil migratório negativo As outras variáveis revelam tendência positiva inferior a 1.</p> <p>Estes valores reflectem a influência dos movimentos migratórios na evolução da população destas regiões;</p> <p>Grupo 5 - valores médios negativos praticamente em todas as variáveis Os valores negativos dos saldos migratórios indicam que foram locais de origem de migrantes que se deslocaram quer para outras zonas do país, quer para o estrangeiro.</p>

Fonte: MOREIRA, RODRIGUES, 2008

FIGURA 7. O PORTUGAL DAS REGIÕES: TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS E DE QUALIDADE DE VIDA



Fonte: *Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001*; FERRÃO, 2004

Partindo destas constatações quisemos saber se no passado recente e sobretudo no futuro será provável a aproximação entre regiões no respeitante a níveis de bem-estar, à semelhança do que sucedeu em termos de comportamentos demográficos. Para tanto utilizamos o *indicador global de bem-estar demográfico, económico e social*, o qual foi medido em todos os concelhos de Portugal continental em 1993 e 2004¹⁹. Este último inclui informações sobre graus de envelhecimento demográfico e dinamismo migratório, mas também *rankings* de poder de compra concelhio, qualidade do ambiente, capacidade de investimento, consumo, posse de determinadas infra-estruturas, entre outros. Com base nos seus resultados foi possível proceder a um agrupamento dos concelhos em conjuntos relativamente homogéneos e portanto obter uma visão mais consistente das diferenças.

Entre 1993 e 2004 regista-se uma diminuição global do índice. Algumas regiões conseguem manter a sua posição relativa, mas amplia-se a diferença entre as mais pobres, que representam a imensa maioria, e as mais ricas, com melhores indicadores e resultados, as quais registam mesmo uma subida. Tal significa, portanto, que as amplitudes internas aumentaram nos anos 90 e inícios do século XXI e que as diferenças regionais tendem a acentuar-se entre os dois anos de observação.

A comparação efectiva entre os dois índices nos anos estudados revela que os valores mais elevados pertencem sempre aos concelhos de Lisboa e Porto e respectivas regiões envolventes. Seguem-se grupos de concelhos com taxas de urbanização relativamente elevadas, que confirmam a existência e o agravamento da dicotomia entre o litoral e o resto do território, pese embora o facto de alguns concelhos do interior terem valores de bem-estar semelhantes aos do litoral, contrastando, aliás, com as regiões deprimidas onde estão inseridos. Com elevado grau de probabilidade, o aumento das desigualdades decorre do modelo de desenvolvimento adoptado em Portugal, o qual se tem arquitectado com base na concentração da população junto ao litoral, bem como das estruturas económicas, dos centros urbanos, da oferta de equipamentos e prestação de serviços especializados (educação, saúde, emprego, lazer).

¹⁹ RODRIGUES *et al*, 2009

No início do século XXI Portugal continuava sem conseguir obter uma convergência de indicadores de bem-estar. Os concelhos mais rurais ocupam o fim do *ranking* e com algumas exceções foram também aqueles que entre 1993 e 2004 mais perderam qualidade de vida. Verificaram-se ainda perdas significativas em alguns concelhos urbanos, designadamente nos que se situavam na Área Metropolitana de Lisboa e do Grande Porto, ou seja, próximos ou parte integrante da periferia de Lisboa e Porto. Uma extensa área do país tem ou continua a ter problemas em termos de potencialidade do desenvolvimento, o que se vai traduzindo na deterioração do seu índice global de bem-estar demográfico, económico e social, sendo aí mais visíveis os impactos negativos do envelhecimento das estruturas etárias.

BIBLIOGRAFIA

CARRILHO, Maria José, PATRÍCIO, Lurdes, “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, *Revista de Estudos Demográficos*, nº44, INE, Lisboa, 2008, pp.35-80

COMISSÃO EUROPEIA, *Europe's demographic future: Facts and figures on challenges and opportunities*, Bruxelas, 2007 (Disponível em: http://ec.europa.eu/employment_social/spsi/docs/social_situation/demo_report_2007_en.pdf acedido em 18 Junho 2009)

COLLANTES, Fernando, PINILLA, Vicente, AYUDA, María Isabel, 2003 - “Los determinantes de la Localización de la población española a largo plazo: un modelo (1860-2000)”, comunicação apresentada ao VII Congreso de la Asociación de Demografía Histórica Granada, 1 a 3 de Abril de 2004 (Disponível em: http://www.ugr.es/~adeh/comunicaciones/Collantes_Gutierrez_F.pdf acedido em 18 Junho 2009)

Constitución Española, 1978

Constituição da República Portuguesa, 1976

ESPON, Project 3.2, *Scenarios of the territorial future of Europe*, ESPON 2006 Programme, Comissão Europeia, Bruxelas, 2008 (Disponível em: <http://www.interreg3c.net/sixcms/media.php/5/2007-0726+INTERREG+IVC+OP+final.pdf> acedido em 18 Junho 2009)

EuroGeographics Association for the administrative boundaries, 2009
(<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/population/data/database>)

EUROSTAT, “Ageing characterises the demographic perspectives of the European societies”, *Statistics in Focus. Population and Social Conditions*, 2008 (Disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-SF-08-072/EN/KS-SF-08-072-EN.PDF acedido em 18 Junho 2009)



FERRÃO, João, “Portugal, três geografias em recombinação. Especialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais”, *Lusotopie*, 2, 2002 p. 151-158.

FERRÃO, João, (coord.), *Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida. Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses (continente). Relatório final*, 2004, (www.ine.pt)

HENRIQUES, F., “O século XX: a transição”, *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade* (RODRIGUES, T., coord.), Porto, Afrontamento, 2008, pp.417 - 567

INE, *Projeções de População Residente Portugal. NUTS III, 2000-2050*, Lisboa, 2005
(Disponível em: [http://www.apfn.com.pt/Actividades/2008/seminario/bibliografia/Portugal/Projec%C3%A7%C3%B5es%20da%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20Residente,%20NUTSIII%202000-2050%20\(INE\).pdf](http://www.apfn.com.pt/Actividades/2008/seminario/bibliografia/Portugal/Projec%C3%A7%C3%B5es%20da%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20Residente,%20NUTSIII%202000-2050%20(INE).pdf))

INE, *A Península Ibérica em Números 2009*, INE, Lisboa, 2010

MACORRA Y CANO, Luís Fernando de la, “Evolución de la demografía ibérica entre 1991-2001 y Áreas de Desarrollo Ibérico para 2011 y 2021”, Xº Encontro da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, Évora, 2003

MAGALHÃES, Maria da Graça, PEIXOTO, João, “O impacto dos diferentes cenários migratórios no envelhecimento demográfico em Portugal. 2009-2060”, *Revista de Estudos Demográficos*, nº44, INE, Lisboa, 2008, pp.95-115

MOREIRA, Maria João Guardado, RODRIGUES, Teresa, “As Regionalidades Demográficas no Portugal Contemporâneo”, CEPESE – Linha População e Prospectiva (Working Paper), Março de 2008 (Disponível em: <http://cepese.up.pt/principal.php?IDNivel=77> acedido em 10 Maio 2009)

PAQUY, Lucie, *European Social Protection Systems in Perspective*, European Issues, Compostela Group / Fundação Calouste Gulbenkian, Praga, 2004

RODRIGUES, Teresa, LOPES, João Teixeira, BAPTISTA, Luís, MOREIRA, Maria João Guardado, *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social*, Porto, Ed. Afrontamento, 2009

SILVA, Pedro Adão e, “O Modelo de Welfare da Europa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 2002, n.º 38, 25-59.

EUROSTAT, *Statistics in focus — Population and social conditions*, 2008

VEIGA, Teresa, “As Correntes Migratórias Internacionais e a Europa”, in *Lusíada Revista de Relações Internacionais*, nº6/8, Porto, 2007, pp.31-56

RODRIGUES, Teresa et alii, “Ageing, Education and Health in Portugal: prospective from the 19th to the 21st century”, in *Hygiea Internationalis* 2009 8(1), Linköping, 2009, pp.81-96 (Disponível em: <http://www.ep.liu.se/ej/hygiea/> acedido em 20 Junho 2010)

NAZARETH, Manuel, *Crescer e Envelhecer. Constrangimentos e Oportunidades do Envelhecimento Demográfico*. Lisboa, Presença, 2009